

*Rangel*

MUDANÇA NO CÁLCULO  
ECONÔMICO DO PETRÓLEO

Ignácio M. Rangel  
Chefe Adjunto do Departamento  
de Economia do ISEB

Ministério da Educação e Cultura  
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS  
Rua das Palmeiras, 55 - Botafogo - Rio

Ministério da Educação e Cultura

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

Rua das Palmeiras, 55 - Botafogo - Rio de Janeiro

Diretor Executivo

Roland Cavalcânti de Albuquerque Corbisier

Departamentos

Filosofia - Álvaro Vieira Pinto  
História - Cândido Antônio Mendes de Almeida  
Ciência Política - Hélio Jaguaribe Gomes de Matos  
Economia - Ignácio M. Rangel, chefe em exercício  
Sociologia - Alberto Guerreiro Ramos

## MUDANÇA NO CÁLCULO ECONÔMICO DO PETRÓLEO

Ignácio M. Rangel

A adesão de fato do Iraque à RAU e sua nova política de independência na inter-dependência representam promessa para logo de mudança muito importante nos dados essenciais do cálculo econômico que justifica e explica nossa política em matéria de petróleo - assim como a política de outras nações, inclusive a Argentina -. E, agora que a "terceira posição" está para se definir, urge tomar conhecimento dessa mudança.

Em sua expressão última, a Petrobrás, YPF e outras tentativas de solução nacional para o problema do petróleo, em vários países, são um esforço de substituição de importações. Noutros termos, ao invés de comprometermos certa parcela de nossa esperada receita futura de divisas na aquisição de petróleo e derivados, dispomo-nos a aplicar uma parcela de nossa receita presente na compra de equipamento e de técnica para, pela combinação desses fatores com recursos nacionais, produzirmos aqui mesmo o material e desdobrarmos em nossas refinarias o petróleo assim obtido ou o petróleo bruto. Esta solução tem várias justificativas, inclusive não econômicas, mas para ser correta do ponto de vista econômico é mister que o dispêndio em divisas com fatores seja menor que o que seria imposto pela aquisição dos produtos acabados. Se conseguirmos produzir petróleo e derivados no valor de US 200,0 milhões pelo emprêgo de fatores de produção importados no valor de US.50,0 milhões, teremos uma economia líquida de divisas no valor de US.150,0 milhões. O passo imediato será verificar quanto será mister dispender em moeda brasileira para assegurar essa economia líquida, afim de determinar o custo do dolar poupado ou dolar de substituição.

Até aqui adquiríamos virtualmente todo o nosso petróleo - bruto ou desdobrado - pagando-o em moeda forte. Nessa mesma moeda vínhamos adquirindo a parcela decisiva dos equipamentos e da técnica adquiridos no estrangeiro. Quer isso dizer que a economia líquida de divisas correspondia igualmente a moedas fortes - dolares norte-americanos ou moedas outras nestes convertíveis.--

As mudanças institucionais em marcha no Oriente Próximo - de par com a nova atitude que parece definir-se pouco a pouco em relação ao mundo comunista - modifica o quadro porque a brem a porta para a aquisição de petróleo e derivados noutra moeda que não a norte-americana. Quer isso dizer que se continuamos a suprir-nos de fatores em moeda forte estaremos empregando fatores escassos para possibilitar a poupança de recursos não escassos. Isto nos obriga a reconsiderar a situação, e talvez se torne indispensável para ajuizarmos corretamente de soluções como esta que agora se anuncia para a Argentina e que forças ponderáveis começam a recomendar que imitemos aqui.

A unificação do mercado árabe, com efeito, vem criar a possibilidade de aumento do emprêgo de fatores árabes, pagáveis em sua moeda nacional, na produção de cada unidade física de petróleo que a nós nos custa um dolar. Por exemplo, parcela maior dos salários ganhos pelos trabalhadores iraqueanos do petróleo poderá, de agora em diante, aplicar-se em compras pagáveis em moeda nacional - produtos egípcios, sírios, etc. -. Quer isso dizer que, desde que possamos suprir o mercado egípcio ou sírio, mesmo de bens que nenhuma relação tenham com a produção de petróleo, o Iraque poderá receber em pagamento de petróleo a moeda desses países, porque certa parcela dos salários dos trabalhadores do petróleo será, afinal, empregada em compras àqueles mercados. Em cada dolar de petróleo iraqueano que comprarmos alguns "cents" poderão ser "inconvertíveis" - mais fáceis de ganhar do que os "convertíveis".

A independência efetiva recém-conquistada pelos árabes vai permitir-lhes também redistribuir seu comércio exterior, Quer isso dizer que parte do equipamento usado na produção de petróleo poderá agora provir de países europeus, do Japão, da Índia, Indonésia ou da Cortina de Ferro. Nalguns casos os árabes poderão pagar esses materiais diretamente em petróleo, libertando os países respectivos da obrigação de pagar em moeda forte. Mas noutros, especialmente no caso dos países socialistas, que são auto-suficientes e até exportadores desse produto, essa operação direta de compensação é impraticável. Ora, podemos estudar esquemas de pagamento de petróleo árabe em moeda desses países, visto que essa receita em moeda inconvertível terá pronta aplicação em pagamentos a esses terceiros países. Isso significa para nós a possibilidade de "inconvertibilizar" mais alguns centavos em cada dolar de petróleo importado.

Finalmente, a independência aumentará sem nenhuma dúvida seu poder de barganha dos árabes no mercado internacional de capitais. Desde já estão chegando ofertas europeias e japonesas de capitais para petróleo que se contentam com taxa menor de remuneração. Ora, o lucro é parcela importante na composição do preço do petróleo e sua diminuição significará aumento da parcela que cabe ao Estado. Se considerarmos que, contrariamente ao que acontece com as empresas norte-americanas e inglesas, não será difícil persuadir o Estado árabe a receber certa parcela de sua quota noutras moedas, de países nos quais tenha compromissos a saldar, aí temos a "inconvertibilização" de mais alguns "cents", em cada dólar que tivéssemos que pagar. Em resumo, cada progresso na independência política dos povos árabes tem significação para nós - assim como para os europeus, japoneses, etc. - porque põe em marcha um processo de democratização dos pagamentos relativos a petróleo. Cada dia mais dependeremos menos de câmbio norte-americano ou inglês para nosso suprimento do produto.

Ora, nossa receita em toda uma série de moedas inconvertíveis pode ser ampliada facilmente. Se o comércio nessas moedas não se expande é porque, em parte devido a dificuldades matérias - como a falta de tradição - e em parte por obstáculos que nós mesmos construímos, não temos podido promover a expansão de nossas compras às áreas emissoras dessas moedas. Mais ainda, estando saturados de nossos produtos os mercados de moedas fortes, o custo para a economia brasileira de cada unidade adicional em nossa receita em tais moedas pode tornar-se facilmente proibitivo, ao passo que em numerosos países de moeda inconvertível a elasticidade-preço da procura dos nossos produtos é praticamente infinita, o que quer dizer que cada aumento no volume físico de nossas exportações assegura aumento certo e virtualmente proporcional na receita de divisas correspondente.

No que concerne ao cálculo econômico relativo a petróleo tudo isto significa que o custo social representado pela aquisição de fatores em moeda forte para assegurar a economia líquida de divisas pode não encontrar justificativa em vista do baixo custo social da divisa poupada. Subtraindo e minuendo tornam-se quantidades heterogêneas, o que obriga à revisão de todo o esquema do cálculo.

Seria o caso de indagarmos se os argentinos estão fazendo bom negócio comprometendo sua receita dos próximos anos

em moeda forte para apressar economia de divisas fracas. Pelo me nos devemos tentar a tomada de consciência da nova opção aberta pe las profundas mudanças institucionais iniciadas no Oriente Médio, para bem argumentarmos na barganha com os vendedores de fatores em moeda forte, que nos batem à porta com sua mercadoria.

### Petróleo em Moeda Fraca

Não obstante todos os esforços dos trustes controladores do comércio mundial de petróleo, êsse essencial produto tende a se democratizar, à medida que surgem <sup>novos</sup> produtores da matéria prima e do equipamento necessário para sua prospecção, lavra, refino e transporte, e também à medida que, dentre êsses produtores, antes desprezíveis colônias, alguns emergem imbuidos de novo sentido de independência nacional, a exemplo do que ora ocorre com o Iraque, a Venezuela e a Indonésia. Com êsses produtores, cujos recursos naturais já não dependem dos países de "moeda forte" pa ra se valorizarem, porque aumenta a concorrência no campo do su primento de equipamento e de experiência técnica, é possível tra tar em novos termos (V. ~~inter~~ n. ~~sob o mesmo título~~).

O petróleo é um incomparável instrumento de domina ção. Por sua causa, no passado, numerosos países perderam sua in dependência visto como, mesmo agora, as potências imperialistas não trep idam em apelar para a força militar para obter a submis são das áreas produtoras. Além disso, ê le se tornou de tal forma indispensável à vida moderna que a soberania nacional dos países consumidores sem suprimento próprio é constantemente limitada, quando não destruída. Bastaria que uma potência qualquer tivesse o poder real de privar-nos do seu suprimento para que nossa econo mia e nossa defesa entrassem em estado de coma.

Mesmo sem chegarmos a êsse extremo, o simples fato de dependermos de receita cambial em certa moeda para nos suprir mos de petróleo já representa uma "capitis diminuto". Não pode mos fazer certas coisas de nosso interêsse mas que possam susci tar revides capazes de privar-nos da receita daquela moeda com a qual se paga o petróleo.

Ora, êsse estado de coisas está rapidamente abrin do falência, à medida que, multiplicando-se o número dos suprido

res eventuais, multiplicam-se também as moedas capazes de comprar petróleo. A independência de um produtor qualquer dêse bem, em qualquer parte do mundo, representa, porisso, ponderável elemento de fortalecimento da independência de todos os países do mundo. Em última instância, deixamos de depender tanto das vendas de nossos produtos a mercados que levaram a substituição de importações ao extremo de quase não carecerem de importar nada - como os Estados Unidos - condenando os demais à busca, em condições muito menos propícias de uma autarcia inatingível para muitos ou só possível em condições de regressão tecnológica. O aparecimento de novos produtores em processo de desenvolvimento, significa a abertura de novos mercados, porque os países nesse estágio de sua evolução carecem de importar muito. Segue-se que, se não permitirmos que nosso comércio exterior seja dirigido por outrem, se quisermos per seguir nossos próprios interesses, como é justo e digno, não nos será difícil ganhar essas outras moedas capazes de comprar petróleo.

É perfeitamente compreensível, portanto, que os supridores tradicionais, sentindo ameaçada a sua posição, pretendam agora salvar dela o que possam, evitando que aproveitemos as novas avenidas que se nos abrem. Para isso, vimos agora como os Estados Unidos oferecem à Argentina coisas que sempre lhe recusaram - como nos recusaram a nós - a exemplo de equipamento e "knowhow". Nem sempre, em nossos países, o petróleo foi monopólio do Estado, mas as empresas dominantes do ramo sempre se recusaram a promover sua produção e refino aqui, porque pretendiam conservar-nos na condição de mercado consumidor. Agora, quando essa pretensão se tornou ridícula, não apenas porque surgiram novas fontes estrangeiras do produto, como porque aparecem novos fornecedores de equipamento e experiência para o aproveitamento de nossas próprias jazidas, elas se apresentam com propostas que talvez fossem dignas de consideração há dez anos, mas que se tornaram inadmissíveis. Se permitimos que essas empresas aqui se instalem, é possível que elas realmente produzam petróleo, porque as novas condições do mundo não se coadunam com uma persistente sabotagem da produção, mas estaremos assumindo compromissos de longo prazo em moeda de cuja dependência é imperioso que nos libertemos, porque é de suprimento limitado e difícil. Com efeito, o preço do petróleo pode ser desdobrado em custo de reposição do equipamento, lucro e mão de obra. Ora, se confiamos a direção de nossa indús-

tria petrolífera aos trustes, sob não importa que encarnação, estarão definidas de ante-mão as procedências do equipamento, do capital e da mão de obra, esta em sua parcela decisiva, que é a qualificada. Noutros termos, ao invés do produto, comparemos os fatores que serão empregados na sua obtenção.

É possível que, a título de pagamento a alguns fatores nacionais que, dependendo do balanço real de forças políticas, conseguirmos fazer empregar, a soma dos pagamentos aos fatores estrangeiros usados seja menor que o preço de mercado de produto, isto é, que haja certa economia líquida de divisas, embora isso não seja seguro, especialmente em se tratando de petróleo, negócio em que são incertas as fronteiras entre o comércio normal e o gangsterismo, mas, como vimos anteriormente, a partir do momento em que surgem novos produtores de petróleo dispostos a aceitar pagamento em moeda fraca - isto é, de fácil obtenção para nós -, ou novos produtores de equipamento, nas mesmas condições, essa economia não tem mais a mesma significação do tempo em que só por moeda forte comprávamos o produto.

Não é a mesma coisa economizar divisas fortes ou "fracas". No primeiro caso, estaremos poupando um recurso escasso. No segundo, não. E a situação se torna mais séria quando se define a possibilidade de poupar divisas pelo emprêgo de fatores pagáveis em moeda fraca, isto é, em recurso não escasso. É singular que o governo argentino tenha resolvido apelar para uma solução nitidamente ruinosa agora, quando, exatamente, êle mesmo demonstra a possibilidade de reforçar seu monopólio dotando-o de equipamento facilmente pagável em produtos tradicionais do país, cujo emprêgo alternativo talvez seja a fogueira que já uma vez consumiu rebanhos em seu pampas e café no Brasil. É de pasmar que no próprio momento em que YPF pode fortalecer sua posição com equipamento russo e rumeno (logo viriam o alemão, o italiano, o francês, o japonês, o tchecoslovaco) e libertar-se da incapacidade técnica que lhe esterilizou os esforços no passado, resolve-se o governo argentino assumir obrigações em moeda forte que ninguém pode prever que o país terá, o que prenuncia uma insolvência que pode ser a porta para novas e picres capitalações.

Enfim, são seus negócios e dêles não nos ocupamos se não porque o novo Frondizi está fazendo escola aqui, em setores muito diversos daqueles que ainda há pouco se lhe orgulhavam de discípulos.



### Mudança no Balanço Político

A última "Hanson's Letter" ("Última Hora", 6/8/58) vem lançar nova luz sôbre o problema do petróleo na América Latina. Quando todos esperávamos que ela nos trouxesse novos elementos que ajudassem a mascarar melhor o entreguismo neo-frondiziano, que certos círculos gostariam de ver implantado no Brasil, eis que êsse órgão conservador, lididamente representante do capitalismo norte-americano, nos chega com um libelo.

Passada a surpresa, surgem as hipóteses. A mais simplista vê nessa atitude uma tentativa de destruição no govêrno "nacionalista" argentino: depois de arrancar-lhe certas concessões, verdadeiras ou falsas, o imperialismo lhas lança em rosto, a exemplo do que antes foi feito com Peron. Primeiro levá-lo a uma posição insegura e depois puxar-lhe o tapete de sob os pés.

É possível que haja alguma verdade nessa hipótese, tão conforme com a experiência consagrada. Mas um exame mais atento do documento levanta a cortina para mostrar um fato óbio: a final, se êsse esquema se aplica, a capacidade de endividamento da Argentina - de resto país de escassa receita em dolares norte-americanos - estará comprometida por muitos e muitos anos e, conseqüentemente, não haverá mais lugar para outros capitais norte-americanos. Com efeito, se tóda a receita em dólares que o país pode esperar ter no futuro for absorvida pelas obrigações relativas a petróleo, não haverá como remunerar os capitais empregados noutras indústrias. Os interêsses prejudicados protestam.

Não se pode dizer do empresário capitalista norte-americano que êle não seja lúcido e conseqüente - ou não teria construído o gigante industrial que são os Estados Unidos de hoje. Será impiedoso, áspero na barganha, mas não costuma alimentar ilusões sôbre o que é ou não é do seu interêsse. O problema está pois em balancear as forças que ganham e as que perdem com o neo-frondizismo.

A capacidade de endividamento de um país se exprime por uma razão cujo numerador são os recursos disponíveis que é razoável esperar que tenha nos anos subsequentes para a remuneração bruta dos capitais estrangeiros aplicados no país (como empréstimo ou como investimento direto, pouco importa ao caso), e, como

denominador a taxa dessa remuneração bruta (lucros e repatriação do principal). Assim:

$$\frac{100}{0,20} = 500$$

Onde: 100 é o saldo esperado do balanço de pagamentos do país;  
0,20 é a taxa esperada de remuneração do capital estrangeiro;  
500 é o quociente dessa razão, que representa a capacidade de endividamento.

Ora, se um país se endivida além de sua capacidade de endividamento, o saldo do balanço de pagamentos é absorvido e cede lugar a um déficit. Será preciso comprimir as importações para que o numerador cresça e os serviços de capital possam ser atendidos. Foi o que fizemos e estamos fazendo, quando, buscando atender as obrigações de capital, privamos o mercado interno, inclusive o capital nacional, de recursos em divisas para a compra de bens, inclusive de equipamento.

Esse expediente têm limite, estabelecido pela magnitude absoluta da receita cambial, deduzida das importações absolutamente imprescindíveis. Mais ainda, os capitais norte-americanos naturalmente exigem que as obrigações sejam atendidas em sua própria moeda, visto que os frutos devem seguir na espécie o principal. Logo, não é de todo o saldo do balanço de pagamentos que se cogita, mas do saldo em moeda norte-americana.

Uma política inteligente pode levar essa política ainda mais longe, pela transferência das importações essenciais para outras áreas acaso não deficitárias ou suscetíveis de expansão da receita. As importações programadas na Argentina de petróleo e equipamento russos devem ter essa finalidade - além da de confundir o adversário político interno e dividi-lo, operação fácil, visto que há importante parcela da opinião pública que aceita implicitamente como inatacáveis aquelas operações em que estejam envolvidos os países socialistas.

Mas o fato é que a receita absoluta de divisas fixa um limite intransponível, salvo na hipótese de redução de taxa bruta de lucro. Ora, só os devedores de sólida posição financeira podem aspirar a tal redução, como é do conhecimento geral, e, por definição, tratamos aqui de devedores insolventes, levados ao muro do desespero, sem o que nem se cogitaria de operação politicamente tão preñhe de ameaças.